



TELEPAR CELULAR S.A.
CNPJ Nº 02.333.888/0001-34
NIRE Nº 41200034003
Companhia Aberta

7.000.000.000 de ações
R\$ 333.888.004,34
R\$ 333.888.004,34

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO: Realizada no dia 14 de setembro de 2000, às 14:00 horas, na Rua Comendador Araújo, 259, Curitiba, Paraná. 2) **PARTICIPANTES:** ALVARO PEREIRA DE MORAES FILHO, Presidente do Conselho, SERGIO BARTOLETTI, RONALDO CANTARELLI BRISOLARA, RUGGERO CATERINI e FRANCISCO RIBEIRO DE MAGALHÃES FILHO, membros do Conselho de Administração. Eusta e Sra. Silvana Dutry Molinari como Secretária Geral do Conselho. 3) **DOCUMENTOS LIDOS:** Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de agosto de 2000. O Presidente do Conselho, constatando o quorum legal, leu a ordem do dia, passando o Conselho à deliberação. 4) **DELIBERAÇÕES:** Tomadas por unanimidade sobre as condições para a 1.ª Emissão de Debêntures Simples, subordinadas, não convertíveis em ações da Companhia, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2000, cujas características estão elencadas nos itens 1 a 14 daquela ata, deliberando as demais condições da referida emissão, dispostas nos itens 17 a 23 abaixo, em conformidade com os artigos 24, incisos II e -III, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia:

17. Remuneração: Observado o item 17.2 abaixo, as Debêntures receberão juros equivalentes a no máximo 103,7% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, doravante denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa por esse tempo por dias (dias decorridos, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento). A remuneração das Debêntures será definida em processo de "book-building" ficando porém sempre limitada ao máximo de 103,7% da Taxa DI. A remuneração definitiva, determinada em processo de "book-building", será aprovada pela Diretoria da Companhia e publicada no Primeiro Anúncio de Distribuição Pública das Debêntures.

17.1 Periodicidade de pagamento. Os juros serão pagos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 02 de abril e 02 de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 02 de abril de 2001 e o último na data de vencimento.

17.1.1 Se esta(s) data(s) coincidir(em) com dia em que não haja expediente

venimento dos juros fixará(o) pontuada(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

17.2 Período de Vigência da Remuneração. As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até 02 de outubro de 2.003, ou até a quitação integral das obrigações da Companhia.

17.3 Fórmula de cálculo da remuneração.

$$JR = VN \times (j_1 \times t_1 \dots \times j_i) - 1]$$

onde,

JR = valor dos juros a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = valor nominal da Debênture no início do "período de capitalização";

$(j_1 \times t_1 \dots \times j_i)$ = fator de variação acumulada da Taxa DI, acrescido do spread, entre a data de início e data final de "período de capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos t_1, t_2, t_i serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$t_i = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{JR} - 1 \right] \times T_i + 1$$

onde,

t_i = fator da Taxa DI referente ao dia T_i ;

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia T_i ;

S = remuneração publicada no Primeiro Anúncio de Distribuição Pública de Debênturas.

17.4 Período de capitalização dos juros. Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de juros e eventual sobrestado imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros e eventual sobrestado correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem seleção de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:





Período de Capitalização	Datas de início e Data Final
1ª	Da data de emissão até 02/04/2001, exclusive
2ª	02/04/2001 a 02/10/2001, exclusive
3ª	02/10/2001 a 02/04/2002, exclusive
4ª	02/04/2002 a 02/10/2002, exclusive
5ª	02/10/2002 a 02/04/2003, exclusive
6ª	02/04/2003 a 02/10/2003, inclusive

17.5. Aposição da Taxa DI, se na data de apuração do valor de quaisquer depósitos não se encontra a Taxa DI aplicável à determinação da Remuneração em um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgada, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

17.6. Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI. No evento de extinção, impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias seguidos, ou caso, a critério do Agente Fiduciário, a Taxa DI deixar de ser representativa da média dos depósitos interfinanceiros, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Companhia. O novo parâmetro de remuneração, estabelecido entre os debenturistas e a Companhia, será utilizado, também, para a remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de juros ou do valor principal das Debêntures. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Companhia, as Debêntures deverão ser resgatadas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da assembleia geral de debenturistas, na sua totalidade, pelo seu valor não amortizado de Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

17.7. Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto na Cláusula 17.6 acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da assembleia geral prevista, as Debêntures pagarão remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures fôrem jus no período de 20 (vinte) dias imediatamente anterior à convocação da referida assembleia, calculado pro rata temporis até a data de pagamento do valor do resgate.



18. **Vencimento Antecipado:** Sujeito ao disposto no item 18.2 acima, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia ou Garantidora do saldo não amortizado do Valor Nominal das Debênturas, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos juros de mora e da multa rescatória, calculados exponencialmente por dias decorridos, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debênturas nas respectivas datas de vencimento;
- II. protesto legítimo e referido de títulos contra a Companhia ou Garantidora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$25.000.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), ou a constituição da Companhia ou Garantidora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido extinguido por erro ou má-fé do credor, desde que validamente comprovado pela Companhia ou pela Garantidora, se for o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- III. decretação de falência da Companhia ou da Garantidora;
- IV. pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia ou pela Garantidora;
- V. falta de cumprimento pela Companhia ou pela Garantidora de toda e qualquer obrigação adicional prevista na Escritura de Emissão, exceto se disposto no item I desta cláusula, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- VI. vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou da Garantidora, em montante igual ou superior a R\$25.000.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia ou da Garantidora decorrentes desta emissão;
- VII. o contrato de concessão (ou ato de outorga que o substitua) seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de outorga nos termos da legislação em vigor; e
- VIII. demais casos previstos em lei.

18.1 Os valores referidos nos subitens II e VI acima serão corrigidos em bases anuais, a contar da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção deste índice ou de sua não divulgação, deverá ser utilizado o Índice Geral de

Preços = Disponibilidade Interna (DDI) daquela mesma Fundação, e, na hipótese de extinção e/ou falta de divulgação deste último, deverá ser adotado índice que reflita a real desvalorização da moeda.

18.2. No caso de ocorrência da hipótese prevista no subitem V acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para informá-los do ocorrido e as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas a menos que debenturistas representando no mínimo 20% das Debêntures em circulação (computadas conforme previsto na Escritura de Emissão) deliberem em sentido contrário.

18.3. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do saldo não amortizado do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia através de carta protocolada, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos.

18.4. Não serão consideradas para fins deste item 18, as contráções financeiras referentes à dívidas oriundas do processo de privatização e que tenham obrigações relacionados à Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telesp e ao Governo Federal.

19. Resgate Antecipado Obrigatório: A Companhia se obriga a resgatar antecipadamente as Debêntures, nos termos dos itens 19.1 e 19.2 abaixo, caso o Grupo Telecom tenha de pagar, direta ou indiretamente, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Garantidora e/ou da Companhia.

19.1 No caso de ocorrência da hipótese acima prevista, o seguinte procedimento deverá ser observado:

(a) a Companhia e/ou a Garantidora, conforme o caso, deverá comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário acerca da ocorrência da hipótese prevista no item 19 acima; e

(b) sendo o Agente Fiduciário comunicado acerca da ocorrência da hipótese prevista no item 19 acima, deverá ele convocar assembleia geral de debenturistas para informá-los do ocorrido. Os debenturistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da referida assembleia geral, para manifestar, por escrito, sua discordância com a ocorrência do fato previsto no item 19 acima e sua vontade de que a Companhia proceda o resgate antecipado das Debêntures por eles devida.

19.2 A Companhia obriga-se a resgatar as Debêntures dos debenturistas que manifestaram sua discordância nos termos da Cláusula 19.1 (b) acima, pelo valor não amortizado do seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a

data do último resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

33. Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debênturas em circulação no 12º ou no 24º mês após a Data de Emissão mediante o pagamento do saldo não amortizado do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Companhia publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O Resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

Por fim, após analisadas as condições acima expostas, os membros deste Conselho decidem pela aprovação do assunto colocado em pauta. **5) OUTROS:** O Conselheiro, Sr. Francisco R. de Magalhães Filho, encaminhou proposta formal, em anexo, ao Presidente do Conselho solicitando expressamente a criação de estudos referentes à reorganização e futuros desenvolvimentos da Empresa, o qual ficará arquivado na Companhia. **6) APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Encerrada a reunião e nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelos presentes.

Curitiba, 14 de Setembro de 2000



ALVARO P. MORAES FILHO
Presidente





SÉRGIO BARBOLETTI
Conselheiro



RUDEINEI CARRAZZI
Conselheiro



RONALDO CAMARGO DE AGUIAR
Conselheiro



FRANCISCO R. DE MAGALHÃES F.
Conselheiro



SÍLVIA DUTRA MOURÃO
Secretária